ATA N.º 08

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões respetiva, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Vila Flor, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Fernando Francisco Teixeira de Barros, estando presentes os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, da Coligação PPD-PSD/CDS-PP; Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, do PS; Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto, do PS e Rui Pedro Pereira Machado, da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

MOSTRA “TERRAFLOR” E PROGRAMA “SOMOS PORTUGAL” DA TVI: -

O Executivo Municipal congratula-se com a forma como decorreu o programa e a Mostra, realçando o empenho dos funcionários da Autarquia pela forma abnegada e com grande sentido de responsabilidade, assim como a adesão e o espírito de profissionalismo demonstrado por todos os expositores (produtores dos vários artigos regionais, artesãos, restauração e hotelaria). -----

Congratulam-se, também, com os grupos e associações culturais, pela forma espontânea, mas com grande qualidade, como deram vida à animação de rua, convidando todos a participar na festa. -----

Realçam, ainda, com muito agrado o excelente trabalho e grande profissionalismo do canal que mostrou ao país e ao mundo toda a beleza e potencialidades que o nosso Concelho possui, tendo sido, no seu entender, um excelente veículo de promoção. -----

O Executivo Municipal agradece, igualmente, a todos os conterrâneos e visitantes, que de forma maciça e com grande espírito de alegria e participação, deram um contributo inestimável de vivacidade a todo o espetáculo, mantendo-se presentes até ao seu final (reconhecido pela própria produção e realização do programa televisivo). -----

CURTAS VILA DO CONDE 2014 – APOIO À DIVULGAÇÃO: -

Presente Email, datado de 06 de janeiro de 2014, solicitando apoio à divulgação da próxima edição do *Curtas Vila do Conde – Festival Internacional de Cinema*, que se realizará

de 05 a 13 de julho próximo, através da colocação de *mupies* no imobiliário urbano ou espaços adequados. – **Deliberado, por unanimidade, autorizar a colocação de mupies alusivos ao ato, isentando a entidade das respetivas taxas.** -----

CIRCO IMPÉRIO CARDINALI – PEDIDO DE PATROCÍNIO OU SUBSÍDIO DE UM ESPETÁCULO: -

Presente Informação 24/2014 do Técnico Superior, João Alberto Correia, datada de 19 de fevereiro de 2014, referindo que, através de requerimento, Benilde Cardinali solicita à Câmara Municipal a possibilidade de um patrocínio ou um subsídio para a realização de um espetáculo a favor das crianças do concelho. -----

O Técnico Superior informa que, relativamente à concessão de um subsídio, a autarquia não pode, nos termos da lei, conceder subsídios a particulares ou empresas, que tal não estejam, previstos em regulamentos internos, e apenas em situações previstas legalmente. No entanto, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro prevê que a Câmara Municipal possa apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, pelo que, caso a Câmara Municipal o entenda, considere pertinente e de interesse para o município, a concessão de um espetáculo de circo para as crianças do concelho, o Técnico Superior entende que poderá fazê-lo, no âmbito de uma atividade de cariz cultural, educativa e recreativa, fundamentando a sua decisão no facto da interioridade do concelho e do acesso a um espetáculo circense por parte das crianças do concelho não ser uma situação que ocorra com frequência e, ainda, pelo facto de as famílias estarem a atravessar um período de grandes restrições ao nível do capital disponível, muitas delas não poderem proporcionar aos seus filhos um espetáculo destes. -----

Contudo, o Técnico Superior acautela que deverá ser considerada a possibilidade ou não das crianças fora da sede do concelho poderem deslocar-se para assistir ao espetáculo e ser ponderada a possibilidade de a própria autarquia assegurar esse transporte. – **Deliberado, por unanimidade, contactar o Circo Império Cardinali no sentido de tentar organizar um espetáculo exclusivamente destinado aos alunos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, no próximo dia 27 de fevereiro.** -----

ORDEM DO DIA:

GAP – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

PEDIDO PARA RETOMAR FUNÇÕES DE VEREADOR DO CIDADÃO FERNANDO FILIPE DE ALMEIDA: -

Presente Ofício, de Fernando Filipe de Almeida, solicitando autorização para retomar as funções de vereador, dando por terminada a suspensão do seu mandato, dado o Despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, confirmar que “*o exercício do mandato de eleito local sem carácter de permanência não é incompatível com o desempenho*”

cumulativo do cargo de diretor de Escola”, cuja informação do Técnico Superior, João Alberto Correia, de 18 de fevereiro de 2014, refere que o requerente, solicitou a suspensão do mandato em novembro de 2013, pelo período de um ano, tendo sido substituído, nos termos da lei, pelo cidadão imediatamente seguinte, que na Lista “Mudar para Ganhar Vila Flor” foi proposto pelo partido do então vereador a substituir. -----

O Técnico Superior acrescenta, ainda, que relativamente ao pedido em causa a lei é omissa. No entanto, considerando as razões invocadas aquando do pedido de suspensão e os fundamentos constantes do pedido para retomar funções de Vereador, é de seu entender, salvo outro entendimento que possa haver sobre o assunto, que o órgão não se deve opor a que o cidadão Fernando Filipe de Almeida, retome as funções de Vereador, lugar para que foi legitimamente eleito nas eleições autárquicas para o mandato de 2013/2017. -----

Caso assim também o entenda a Câmara Municipal, o requerente deverá ser notificado para retomar de imediato as suas funções de Vereador. – **Tendo sido analisado e discutido o assunto, foram levantadas, pelo Senhor Vereador Rui Pedro Pereira Machado, algumas questões pertinentes quanto à situação, tendo o mesmo evocado prejuízos de ordem profissional relativamente ao regresso às funções de Vereador, do cidadão Fernando Filipe de Almeida, antes de decorrido o período pelo qual solicitou a suspensão do mandato. -----**

Face ao exposto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar parecer à CCDDR-N, sobre o alcance do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, sobre o assunto. -----

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS DO NORTE – Pedido de Reunião: -

Presente Ofício Ref.ª 11, datada de 13 de fevereiro de 2014, referindo que, tendo em conta a perspetiva de eventual celebração de um Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) para os trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Flor, solicitam a marcação de uma reunião com vista a dar início à negociação, aguardando a manifestação de disponibilidade para a existência deste acordo. Neste sentido, enviam a proposta do referido acordo, no sentido de permitir atempadamente uma análise mais aprofundada. – **Deliberado, por unanimidade, agendar uma reunião com esta estrutura sindical. -----**

RESÍDUOS DO NORDESTE – EMPRESA INERMUNICIPAL – ORÇAMENTO 2014: -

Presente Fax, datado de 17 de fevereiro de 2014, informando que em Assembleia Geral de 14 de fevereiro do ano em curso, foi aprovado o Orçamento 2014 da Resíduos do Nordeste, EIM, cujo documento digitalizado se encontra disponível para consulta na área reservada do respetivo site, na pasta da respetiva Assembleia Geral. Mais informam que, conforme deliberação da Assembleia, o valor da tarifa para a eliminação de RSU a praticar em 2014 é de **33,07 € / tonelada** (trinta e três euros e sete cêntimos por tonelada), acrescido de Taxa de Gestão de Resíduos e IVA. – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento. -----**

CONSELHO CINEGÉTICO E COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA: -

Presente Informação da Técnica Superior, Susana Alexandra Neves Mesquita, datada de 17 de fevereiro de 2014, referindo que, de acordo com a legislação em vigor, e após eleição dos novos órgãos autárquicos, torna-se necessário eleger / nomear novos representantes para o **Conselho Cinegético** e para a **Comissão Municipal de Defesa da Florestal**. -----

Desta forma, a Técnica Superior informa: -----

▪ **Conselho Cinegético (Decreto-Lei n.º 202/2004)** -----

- 1) O Conselho Cinegético Municipal é presidido pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal; -----
- 2) Os Conselhos Cinegéticos Municipais são constituídos pelos seguintes vogais: -----
 - a) Três representantes dos caçadores do concelho; -----
 - b) Dois representantes dos agricultores do concelho; -----
 - c) Um representante das Zonas de Caça Turística do concelho; -----
 - d) Um representante das associações de defesa do ambiente existente no concelho; -
 - e) Um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal; -----
 - f) Um representante da Direção Geral de Recursos Florestais, sem direito a voto; --
 - g) Um representante do Instituto de Conservação da Natureza, no caso da área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto. -----
- 3) **Atualmente**, o Conselho é constituído pelos seguintes vogais: -----
 - a) Três representantes dos caçadores do concelho: -----
 - Fernando Almeida de Carvalho; -----
 - Francisco Augusto Marcelo; -----
 - b) Dois representantes dos agricultores do concelho: -----
 - Fernando Eduardo Ferreira; -----
 - António Manuel do Bem Teixeira;
 - c) Um representante das Zonas de Caça Turística do concelho; -----
 - d) Um representante das associações de defesa do ambiente existente no concelho: -
 - Quercus (Professor Doutor Carlos Aguiar, IPB); -----
 - e) Um autarca de freguesia a eleger em Assembleia Municipal: -----
 - António Neves; -----
 - f) Um representante Direção Geral de Recursos Florestais, sem direito a voto: -----
 - Eng.ª Maria João; -----
 - g) Um representante do Instituto de Conservação da Natureza, no caso da área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto: -----
 - Não se aplica; -----
- 4) A duração do mandato dos membros deste Conselho é de quatro anos. -----

▪ **Comissão Municipal de Defesa da Florestal (Decreto-Lei n.º 17/2009)** -----

- 1) É constituído pelos seguintes membros: -----
 - a) O Presidente da Câmara Municipal ou seu representante, que preside; -----
 - b) Um Presidente de Junta de Freguesia designado pela respetiva assembleia municipal; -----
 - c) Um representante da Autoridade Florestal Nacional; -----

- d) Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., nos concelhos que integram áreas protegidas; -----
 - e) O comandante operacional municipal; -----
 - f) Um representante da Guarda Nacional Republicana; -----
 - g) Um representante da Polícia de Segurança Pública, se esta estiver representada no município; -----
 - h) Um representante das organizações de produtores florestais; -----
 - i) Outras entidades e personalidades, a convite do Presidente da Câmara Municipal.
- 2) **Atualmente**, a Comissão é constituída pelos seguintes membros: -----
- a) O Presidente da Câmara Municipal ou seu representante, que preside; -----
 - b) Um Presidente de Junta de Freguesia designado pela respetiva assembleia municipal: -----
 - António Neves; -----
 - c) Um representante da Autoridade Florestal Nacional: -----
 - Eng.º Edgar Bragada; -----
 - d) Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., nos concelhos que integram áreas protegidas: -----
 - Não se aplica; -----
 - e) O comandante operacional municipal: -----
 - Comandante dos Bombeiros (dada a não existência de comandante operacional municipal); -----
 - f) Um representante da Guarda Nacional Republicana: -----
 - Comandante do Posto Territorial; -----
 - g) Um representante da Polícia de Segurança Pública, se esta estiver representada no município: -----
 - Não se aplica; -----
 - h) Um representante das organizações de produtores florestais: -----
 - Silvidouro; -----
 - i) Outras entidades e personalidades, a convite do Presidente da Câmara Municipal:
 - Albérico António Mouta; -----
 - Alfredo Manuel Carvalho Trigo; -----
 - Mário José Sequeira Lopes; -----
 - Alfredo Travessa Ramalho. -----

Pelo exposto, a Técnica Superior informa que se torna necessário nomear para o **Conselho Cinegético** (Decreto-Lei n.º 202/2004), um vogal representante dos caçadores do concelho, um representante das zonas de caça turística, um autarca de freguesia a eleger pela Assembleia Municipal (informação já remetida à Assembleia Municipal) e solicitar nova nomeação ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, uma vez que houve fusão entre a Autoridade Florestal Nacional e o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

No caso da **Comissão Municipal de Defesa da Floresta** (Decreto-Lei n.º 17/2009), é necessário eleger um autarca de freguesia em Assembleia Municipal (informação já remetida à

Assembleia Municipal) e solicitar nova nomeação ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.** -----

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SETOR DE CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO: -

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA: -

Foi dado conhecimento pelo Senhor Presidente que o Resumo Diário de Tesouraria apresenta um saldo em total disponibilidades de € **1.553.328,25 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e oito euros e vinte e cinco cêntimos)** – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.** -----

PAGAMENTOS EFETUADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL: -

Presente a relação dos pagamentos efetuados pela Câmara Municipal no período de 17.02.2014 a 21.02.2014, num total de € **213.773,35 (duzentos e treze mil, setecentos e setenta e três euros e trinta e cinco cêntimos)**. – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.** -----

RESÍDUOS DO NORDESTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL – Faturação: -

Presente Ofício n.º 151, datado de 17 de fevereiro de 2014, anexando a fatura n.º 2014/32, referente à prestação de serviços de gestão de RSU, no mês de **janeiro de 2014**, no valor de **21.066,65 € (vinte e um mil, sessenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos)**. – **Deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento no valor de 21.066,65 € (vinte e um mil, sessenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos), mediante a existência de fundos disponíveis no Município, nos termos da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.** -----

DIVISÃO DE OBRAS, HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE

SERVIÇOS MUNICIPAIS: -

CARLOS AUGUSTO PINTO DOS SANTOS E FILHOS, S.A. – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTOS, INCLUINDO A AQUISIÇÃO DE TERRENOS E RECONSTRUÇÃO DE MUROS NO CONCELHO – VALTORNO” – Pedido de Libertação da Retenção de Reforço de Garantia: -

Presente Ofício 054/2014, datado de 13 de fevereiro de 2014, solicitando a libertação relativa aos descontos efetuados para reforço de garantia, sobre os autos de trabalhos da empreitada em epígrafe, no valor de **1.384,44 € (mil, trezentos e oitenta e quatro euros e**

quarenta e quatro cêntimos), propondo a apresentação de uma garantia bancária no mesmo valor, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 19 de fevereiro de 2014, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.**

CARLOS AUGUSTO PINTO DOS SANTOS E FILHOS, S.A. – EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS NO CONCELHO – VILAS BOAS” – Pedido de Libertação da Retenção de Reforço de Garantia: -

Presente Ofício 053/2014, datado de 13 de fevereiro de 2014, solicitando a libertação relativa aos descontos efetuados para reforço de garantia, sobre os autos de trabalhos da empreitada em epígrafe, no valor de **4.943,55 €** (quatro mil, novecentos e quarenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos), propondo a apresentação de uma garantia bancária no mesmo valor, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 19 de fevereiro de 2014, refere que o requerido tem suporte legal, pelo que não há inconveniente em que o pedido seja deferido. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

CARLOS AUGUSTO PINTO DOS SANTOS E FILHOS, S.A. – EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS – FREIXIEL – TROÇO DA E.M. 629” – Pedido de Libertação da Retenção de Reforço de Garantia: -

Presente Ofício 055/2014, datado de 13 de fevereiro de 2014, solicitando a libertação relativa aos descontos efetuados para reforço de garantia, sobre os autos de trabalhos da empreitada em epígrafe, no valor de **6.599,70 €** (seis mil, quinhentos e noventa e nove euros e setenta cêntimos), propondo a apresentação de uma garantia bancária no mesmo valor, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 19 de fevereiro de 2014, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO EDIFÍCIO DE EXPLORAÇÃO DA ETA DO PENEIREIRO: -

Presente Informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 31 de janeiro de 2014, referindo que a ATMAD – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. pretende construir um edifício de exploração na ETA do Peneireiro, de Subsistema de Abastecimento de Água do Peneireiro, necessitando para o efeito de adquirir ao Município uma parcela de terreno, pertencente ao domínio privado, com a área de 128,40 m², conforme mostra planta em anexo. O Técnico Superior informa, ainda, que para o efeito pretendido, invocam o n.º 1 do artigo 11.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, fotocópia em anexo, onde este explicita da obrigatoriedade de diligenciar perante o proprietário, no sentido de adquirir os bens por via de direito privado. Neste contexto, o Técnico Superior entende que a interessada deve formalizar ao Município, em primeira instância, uma proposta de aquisição da parcela do terreno. -----

Por último, o Técnico Superior informa que a alienação desta fração de terreno para efeito de alinhamento da vedação, não levanta qualquer questão do ponto de vista urbanístico nem inviabiliza obras futuras referentes ao complexo das piscinas descobertas. – **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e contactar a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., no sentido de compatibilizar as suas necessidades, com vista à melhoria do**

funcionamento da ETA com as futuras intervenções do Município, que devem ser acauteladas. -----

SECÇÃO DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO: -

Proc. n.º 48/2013

Requerente: Vasco António Vilares Roque

Local: Lugar da Coladinha – Lodões

Assunto: *Construção de um arrumo agrícola – Aprovação dos projetos de especialidades*, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 19 de fevereiro de 2014, não há inconveniente na aprovação dos projetos de especialidades. –

Deliberado, por unanimidade, aprovar os projetos de especialidades. -----

Proc. n.º 07/2014

Requerente: Sociedade Agrícola Quinta do Barracão da Vilariça, Sociedade Unipessoal, Lda.

Local: Av. Marechal Carmona – Vila Flor

Assunto: *Remodelação de comércio – Aprovação do projeto de arquitetura*, cujo parecer do Arq. João Batista Ortega, de 20 de fevereiro de 2014, refere que deverá ser solicitado o parecer ao Delegado de Saúde. Na mesma data, este parecer mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, concordar com o teor do parecer. -----**

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA: -

Requerente: Predial Rua Direita, Lda.

Local: Lugar do Vale do Carrasco – Assares

Assunto: *Pedido de viabilidade de construção de um armazém agrícola*, no prédio rústico sito em Vale do Carrasco, da localidade de Assares, União das Freguesias de Assares e Lodões, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 131 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o n.º 7 da extinta freguesia de Assares, cujo parecer do Arq. João Batista Ortega, de 20 de fevereiro de 2014, refere que a pretensão se situa num espaço classificado pelo PDM de Vila Flor como “*Outros Espaços Agrícolas*”, o que de acordo com o mesmo PDM (n.º 3 do artigo 58.º do regulamento) será equivalente à RAN. Mais refere, o Senhor Arquiteto, que neste caso, para qualquer construção, será obrigatório o parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, parecer que o requerente deverá anexar ao pedido. Na mesma data, este parecer mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, acrescentando que deve ainda ser solicitado parecer à Administração Regional Hidrográfica, dado que a pretensão se localiza junto à Ribeira da Vilariça. – **Deliberado, por unanimidade, concordar com o teor dos pareceres técnicos dos serviços da Autarquia. -----**

REQUERIMENTO: -

Proc. n.º 04/2014

Requerente: Eduardo Augusto Carneiro Teixeira

Local: Rua de Baixo, n.º 11 – Vieiro – Freixiel

Assunto: *Obras isenta de licença ou de comunicação prévia para substituição de telhado*, no prédio urbano sito na Rua de Baixo, da localidade de Vieiro, freguesia de Freixiel, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1057-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o n.º 2490 da freguesia de Freixiel, cujo parecer do Arq. João Batista Ortega, de 20 de fevereiro de 2014, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. Na mesma data, este parecer mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

REQUERIMENTO: -

Proc. n.º 07/2014

Requerente: Camilo Jorge Gonçalves Cardoso

Local: Lugar da Póvoa – Candoso

Assunto: *Obras sem projeto para construção de armazém agrícola com 20 m²*, no prédio rústico sito no Lugar da Póvoa, da localidade de Candoso, União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1494 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o n.º 307 da extinta freguesia de Candoso, cujo parecer do Arq. João Batista Ortega, de 20 de fevereiro de 2014, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. Na mesma data, este parecer mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

RECLAMAÇÃO: -

Requerente: Maria Augusta Gonçalves Couto

Local: Rua Dr. Eduardo Cabral, n.º 7 – Vila Flor

Assunto: *Denúncia de não realização de obras, por parte da proprietária*, D. Celeste Alves Edral, após pedido de vistoria por parte da inquilina, à sua residência, em 27 de setembro de 2010, acrescentando que a referida vistoria já foi efetuada, tendo sido deliberado em reunião da Comissão de Vistoria, de 22 de outubro de 2010, que a senhoria teria que realizar obras, as quais nunca foram realizadas, solicitando nova notificação à senhoria, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 21 de fevereiro de 2014, refere que por despacho de 12 de novembro de 2010 foi solicitado parecer ao jurista do Município, estando ainda a aguardar-se o mesmo. – **Deliberado, por unanimidade, solicitar parecer sobre o assunto, com caráter de urgência, ao jurista do Município.** -----

Sendo treze horas e trinta minutos, foi declarada encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar e assinar a respetiva minuta da qual se elaborou a presente Ata que depois de aprovada e assinada vai ser exarada no respetivo livro de atas. -----

E eu, Cláudia Isabel Vilares de Carvalho Queijo, Técnica Superior, que a secretariei, redigi, subscrevi e assino. -----